

NEWTON BIGNOTTO

MAQUIAVEL HISTORIADOR

NEWTON BIGNOTTO é professor da Universidade Federal de Minas Gerais.

História de Florença, de Nicolau Maquiavel, tradução, apresentação e notas de Nelson Canabarro, São Paulo, Musa, 1995.

A publicação no Brasil de *Istorie Fiorentine (História de Florença)* de Maquiavel, na tradução de Nelson Canabarro, dá ao leitor brasileiro a oportunidade de tomar contato com uma das obras mais importantes do pensador florentino e que até então era inédita em nosso país. Para um pensador cujo nome é tão conhecido e que teve uma parte significativa de seus trabalhos já vertida para nosso idioma, não deixa de ser intrigante que um livro fundamental tenha escapado da atenção dos editores. Ainda que o ineditismo, no Brasil, não sirva como parâmetro, nem mesmo indicativo, da qualidade de uma obra de filosofia, a ausência de uma tradução pode levar o leitor a se interrogar, não sobre o valor da obra, mas sobre a relação que esta guarda com o restante do trabalho do pensador. No caso de Maquiavel, o problema circunstancial da ausência de uma tradução pode se converter num ponto de partida interessante para a leitura de um historiador que passou para a história como alguém que revolucionou a filosofia política.

EL

*Nicolau
Maquiavel
(1469-1527)*

Assim, parece-nos inevitável que os leitores das saborosas histórias sobre Florença se perguntem pela originalidade do que lêem e pela relação que os textos guardam com o núcleo conceitual do pensamento de Maquiavel, exposto n’*O Príncipe* e nos *Discorsi*. Ora, a questão da originalidade é, a nosso ver, uma boa questão, não tanto porque se espera de um autor original obras originais – o que pode ser falacioso – mas porque permite-nos ler a *História de Florença* a partir do contexto no qual foi escrita. Por contexto entenda-se aqui tanto a tradição historiográfica italiana quanto a tradição filosófica e humanística. No primeiro caso, trata-se de saber se Maquiavel pode ser considerado um inovador também na arte de contar o passado; no segundo caso, trata-se de relacionar a resposta à primeira questão, qualquer que seja ela, aos debates teóricos sobre a política dos quais participou Maquiavel e de onde emergiram suas obras propriamente conceituais.

•

A *História de Florença* foi encomendada a Maquiavel pelos Médicis no dia 8 de novembro de 1520. Até então – com a exceção de Veneza, que em 1516 havia pedido a Andrea Navagero para escrever uma história da cidade – essa tarefa era realizada, em Florença, pelos secretários da república, que procuravam dessa maneira fazer algo mais do que se encarregar dos negócios mais imediatos da administração, realizando a ponte entre seus estudos humanísticos e suas tarefas políticas. Essa maneira de encarar as coisas era típica do humanista renascentista, que via na participação na vida da cidade uma expressão natural de suas convicções éticas. Essa ligação não deixou de ter reflexos na maneira de escrever a história, fazendo com que, para os humanistas italianos, o fundamental fosse o papel educativo dos eventos narrados.

Ora, esse é um ponto conhecido de todos os que de uma forma ou de outra se interessam pela cultura italiana do Renascimento. Para o leitor da obra historiográfica do Secretário Florentino é um ponto a ser levado em conta, no momento em que se pretende compreender o contexto no qual nasceu seu relato da história de Florença. Para clarear o

sentido da afirmação anterior vale a pena recorrer, ainda que de maneira breve, ao *Aticus* de G. Pontano (1429-1503). Ele foi o livro fundamental para toda a historiografia do *quattrocento*, pois mostrou de maneira clara e direta que a busca dos exemplos adequados no passado e o caráter educativo e pragmático da história constituíam a chave para a compreensão de sua importância, para os que se interessavam pela política e pelas questões de filosofia moral. De maneira resumida, podemos dizer que cabia ao historiador imitar os mestres do passado, escolhendo os fatos e dispondo-os de tal maneira que o leitor fosse levado a aprender algo sobre a vida moral e não apenas sobre o ocorrido em outras épocas e lugares. Cícero e Tito-Lívio tinham uma importância crucial nesse contexto, pois serviam de modelo tanto no que diz respeito à narrativa dos eventos quanto do que se podia aprender com eles.

Uma primeira abordagem do problema da originalidade da obra parece assim encontrar uma chave preciosa de solução na oposição manifesta por Maquiavel, já na dedicatória, a toda história que não se preocupe com a verdade dos fatos (“*non maculando la veritá...*”) e que se perde na busca da melhor forma de exposição de acontecimentos, cuja relevância depende do fato de que podem se transformar em exemplos de verdades morais e não pelo que nos mostram. Maquiavel seria, assim, um crítico da tradição da história educativa e sua obra histórica tão revolucionária quanto seus escritos políticos.

Essa interpretação está longe de ser falsa, e fornece, a nosso ver, a primeira pista para o leitor que se lança na aventura de decifrar o texto de um historiador tão particular. Mas o que devemos nos perguntar é se, munidos da certeza de que Maquiavel se opôs aos humanistas, que viam na história uma fonte de educação moral, estamos equipados para compreender o relato maquiaveliano em toda sua riqueza. O leitor contemporâneo pode se sentir reconfortado com essa indicação, pois a exigência de objetividade lhe é tão familiar quanto lhe é estranha a idéia de que os fatos devem ser distorcidos, ou podem sê-lo, para que a história seja de

melhor qualidade. No entanto, basta percorrer algumas páginas do livro para perceber que, se não encontramos nele traços evidentes de que os ensinamentos morais são o eixo da narração – mesmo se por vezes eles parecem aflorar –, também não estamos diante de um texto que foi escrito com exigências metodológicas próximas das que estamos acostumados. Afinal, o que Maquiavel entende por verdade dos fatos e de que maneira ela pode ser exposta? Dito de outra maneira, de que fala nosso autor, quando narra os acontecimentos passados de sua cidade?

A primeira conclusão a que chegamos é, portanto, a de que não basta descobrir a distância que separa Maquiavel de outros historiadores, é preciso também compreender a particularidade de sua escrita, ou melhor, de sua estratégia de escrita. Para tanto, é necessário olhar com mais cuidado para a própria historiografia do *quattrocento* e para o contexto no qual a *História de Florença* foi escrita.

O primeiro ponto é obviamente essencial, mas é claro que um tratamento detalhado da questão é matéria para um livro e não para um artigo, que tem a pretensão apenas de introduzir o leitor ao estudo de um historiador. Seja como for, é preciso sair da simples oposição entre Maquiavel e a história educativa para compreender seu verdadeiro significado. Para tanto basta lançar um olhar mais atento à produção historiográfica do século XV para constatar que o quadro é bem mais complexo do que o sugerido no começo deste artigo.

Em primeiro lugar, devemos lembrar que o apelo à objetividade e à idéia de que os fatos devem ser narrados da forma mais fiel possível é anterior a Maquiavel. Em Milão, o antigo diretor da Biblioteca de Pavia – Tristano Calco (1455-1515), chamado em 1496 para dirigir os arquivos secretos dos Sforza, insatisfeito com o que seus antecessores haviam escrito, pôs-se a procurar a raiz dos acontecimentos em descrições que levavam em conta não o caráter exemplar dos atos dos grandes personagens da História, mas o nexos causal dos eventos e sua relação com a totalidade dos fatos. Contra o princípio da brevidade expositiva (*brevitas*), que era um dos pilares da história

educativa, Calco procurava narrar os fatos de maneira a inseri-los em algo que chama-se de “totalidade” dinâmica e que servia de base para a compreensão de acontecimentos que, tomados isoladamente, não pareciam ter significado algum. Assim, não havia porque se perder em regras retóricas, uma vez que o importante era buscar uma melhor compreensão do objeto tratado e não a beleza da narrativa. Não sabemos se Maquiavel conheceu seu trabalho, uma vez que o mesmo só seria publicado em 1627; nem podemos exagerar o peso de suas descobertas metodológicas, que estavam limitadas ao apelo a um tratamento objetivo dos fatos, mas é inegável que seu trabalho à frente dos arquivos de Milão sinalizava um caminho que viria a ser percorrido de maneira rigorosa por gerações posteriores de historiadores.

No mesmo sentido, encontramos a obra de um pensador muito mais conhecido e influente no *quattrocento*: Lorenzo Valla (1407-57). Valla rejeitou o princípio da brevidade e o caráter moral da narrativa histórica, para colocar no lugar uma dupla exigência facilmente compreensível para um leitor contemporâneo: a busca da verdade (*veritas*) dos fatos e a recusa da parcialidade do narrador (*parzialità*). Inspirando-se em Tucídides, ao contrário de seus colegas que preferiam Tito-Lívio, ele procurou um método que refletisse e acolhesse a complexidade do objeto histórico, no lugar de tratá-lo como matéria maleável, predisposta às formas impostas pelas “leis morais”. Para Valla, verdade e imparcialidade andavam juntas e, por isso, o historiador estava antes de mais nada confrontado a um problema metodológico.

É claro que os dois exemplos citados não mudam o fato de que a história de exemplos dominou o Renascimento e que Maquiavel ainda lutava contra ela quando escreveu seu próprio livro. No entanto, a menção a esses precursores serve para abrir caminho para a investigação da originalidade da tarefa a que se propôs Maquiavel em 1520. Nesse sentido, um segundo ponto deve ser levantado e diz respeito à especificidade da própria Florença.

Maquiavel tinha tido predecessores ilustres, que deixaram obras importantes, que

lhes serviriam de fonte e inspiração. Devemos destacar pelo menos dois historiadores e humanistas florentinos que influenciaram nosso autor e ao mesmo tempo fugiram do padrão historiográfico corrente: Leonardo Bruni (1370-1444) e Poggio Bracciolini (1380-1459). Bruni, sobretudo, escreveu uma história de Florença que ultrapassava os limites da história educativa, ligando intimamente suas preocupações teóricas com a narração dos acontecimentos mais importantes de sua cidade e que já haviam servido de fio condutor para os cronistas florentinos do *trecento* (Villani, Compagni, Stefani). Ao contrário, no entanto, desses escritores, que se preocuparam apenas em colecionar fatos curiosos ou extraordinários, Bruni introduziu um conceito essencial para a compreensão da história florentina: o conceito de liberdade. Para ele, compreender a formação e o desenvolvimento de sua cidade era compreender a relação que os diversos acontecimentos tinham com a liberdade e com as instituições que a representavam. Essa maneira de pensar o ofício do historiador introduzia limitações no trabalho de Bruni, uma vez que seu próprio tempo e os governos aos quais serviu não eram o exemplo vivo do que defendia como modelo teórico de uma república livre. Isso conduziu-o muitas vezes a falsificar dados e mesmo a tirar conclusões absurdas quanto à origem de Florença, o que seria duramente criticado por Maquiavel, às vezes mesmo de maneira injusta. O que cabe ressaltar, no entanto, é que com Bruni os laços entre filosofia política e história ficaram evidentes e abriram a via que iria se desenvolver justamente com Maquiavel. Longe das generalidades da história educativa, à qual serviram à sua maneira, os antigos secretários da República Florentina procuraram escrever uma história que tinha em grande conta a especificidade da formação social que lhes interessava.

Ao começarmos a ler o historiador Maquiavel devemos, portanto, evitar a tentação de conferir-lhe originalidade a qualquer preço, abandonando o estudo infinitamente mais complexo de seus laços com a tradição. Mas se não podemos no espaço de

um artigo explorar essa via, podemos pelo menos esboçar uma resposta para a questão que colocamos no começo. Ora, se nossas observações anteriores são válidas, devemos inicialmente descartar a idéia de que basta reconhecer as críticas de Maquiavel à história educativa para encontrar a explicação da originalidade de sua abordagem. Resta-nos, assim, seja aceitar a herança múltipla com a qual esteve confrontado nosso autor como sinal de seu pertencimento à sua época e, dessa maneira, negar a originalidade de sua obra, seja abandonar a simplificação da tese da ruptura sobre a qual já falamos, para tentar encontrar um outro caminho capaz de solucionar nosso problema.

A nosso ver, a segunda via é a correta, mas mais uma vez tentar segui-la até o fim implicaria num estudo extenso da filosofia de Maquiavel, o que evidentemente não é possível aqui. Podemos, no entanto, buscar um atalho, se tomarmos como certo o que quase todos os intérpretes afirmam, a saber, que Maquiavel é extremamente original no domínio da filosofia política. Trata-se, assim, de saber se essa originalidade teórica tem reflexos diretos na obra que estamos analisando, de forma a produzir uma ruptura com a tradição muito mais radical do que a que já apontamos. Lendo suas obras políticas, somos confrontados a uma variedade de afirmações sobre a história, muitas das quais encontraremos expostas de maneira breve no curso de suas descrições do passado florentino. Mas o que poderia se converter em novo impasse encontra uma solução possível, exatamente porque nosso autor segue muitas das regras da história educativa, dividindo a história em livros e escrevendo capítulos introdutórios, que contêm reflexões gerais sobre os temas que serão tratados. O espaço, que os manuais de história educativa reservavam para a apresentação dos princípios morais diretivos do bom uso da razão, se converte, com Maquiavel, no lugar onde se afirma sua distância em relação a seu tempo. Assim como já fizera n' *O Príncipe*, quando adotara a fórmula tradicional dos tratados de aconselhamento dos governantes (*speculum principis*), para melhor demarcar o território das conquistas teóricas que empreendeu,

Maquiavel se serve de uma estrutura clássica e conhecida dos leitores de sua época para escrever uma história de sua cidade totalmente diferente da de seus predecessores.

O leitor contemporâneo pode assim saborear por antecipação a revolução historiográfica maquiaveliana, lendo em primeiro lugar o “proêmio” e os primeiros capítulos dos cinco primeiros livros. Não se trata de encontrar um resumo, ou de separar o que é teórico do que é narrativo – essa distinção seria totalmente artificial –, mas de aproveitar da estratégia de convencimento dos leitores de sua época para melhor compreender a organização de um livro, que hoje nos parece tão distante das diversas formas de escrever a história. Seguindo essa pista, veremos, então, como o filósofo migra para o historiador sem perder sua coerência e rigor.

E se quiséssemos agora percorrer esse caminho, veríamos que é possível falar de um conceito matriz, que abre as portas para o sofisticado pensamento de nosso autor e que liga sua *História de Florença* ao restante de seus trabalhos. Como já mostrou Felix Gilbert, esse conceito é o de corrupção. Corrupção que devemos entender no sentido clássico, ou seja, corrupção do tempo e das formas políticas e não simplesmente institucional ou pessoal. Segundo o historiador americano, a *História de Florença* narra a decadência da cidade e com isso se distancia de tudo o que até então fora dito sobre a história em geral, sobre Florença e sobre o tempo e sua forma circular. A plena compreensão dessa afirmação depende da análise das raízes profundas da revolução teórica operada por Maquiavel em suas outras obras, mas podemos ter uma idéia de sua aventura percorrendo de maneira sucinta os capítulos indicados.

Como já observamos, logo no início, Maquiavel coloca como essencial a busca da verdade dos fatos históricos e não mais a dos princípios morais. Essa exigência permite-lhe desencadear um ataque vigoroso contra os historiadores, que de forma direta ou indireta haviam servido à história educativa, como foi o caso de Bruni e de Poggio. Ora, é preciso entender essa primeira investida dentro do contexto no qual foi formulada. Em primeiro lugar, devemos lem-

brar que Maquiavel escrevia para uma geração que, tendo assistido à derrota da República Florentina, passara a acreditar mais na força como elemento constitutivo da política do que na beleza de certos princípios morais. Em segundo lugar, é preciso ver que os ataques aos historiadores florentinos visavam também aos pensadores humanistas, que acreditavam poder pensar a história da cidade como a do desenvolvimento da liberdade. Maquiavel acusa Bruni de ter se esquecido dos conflitos internos, quando na verdade sabia que seu predecessor havia se ocupado e muito das disputas internas. O que estava em jogo, na verdade, não era o reconhecimento da existência dos conflitos internos, mas a importância conferida a eles. Enquanto toda a tradição se unia em conferir-lhes um caráter negativo, Maquiavel havia afirmado a originalidade de seu caminho, mostrando no quarto capítulo dos *Discorsi* que os conflitos regulados e aceitos pelas leis haviam sido a causa da grandeza do povo romano. Fazendo, assim, aparecer a especificidade de cada sociedade no que diz respeito às divisões sociais, ele sugere que nenhuma análise baseada unicamente na comparação com os antigos é capaz de restituir o movimento real de constituição das sociedades. Escamoteando a importância das lutas internas na compreensão da história, Bruni teria escrito uma obra de acordo com as conveniências retóricas e mesmo ideológicas, mas distante da verdade da vida política.

A insistência das críticas de Maquiavel aos outros historiadores se explica, portanto, menos por uma querela metodológica e mais por uma compreensão totalmente diferente da natureza da política e da essência do tempo. Enquanto Bruni e Poggio se apoiavam na idéia de que Florença estava destinada a ser livre – lugar-comum do pensamento humanista – Maquiavel procurava mostrar as raízes do fracasso florentino e a lógica que o presidiu.

A partir do primeiro capítulo do segundo livro até o primeiro capítulo do quinto livro, nosso autor procura, então, fundar sua crença de que a história de sua cidade só podia ser compreendida como a história de sua

corrupção e não como o desabrochar de uma liberdade triunfante. Ele mostra que a natureza é um obstáculo poderoso à ação dos homens, mas não serve como chave para a compreensão dos acontecimentos históricos. Incorre no mesmo erro, segundo ele, o historiador que transforma o conceito de conflito político em matriz absoluta da compreensão histórica. De forma ampla, podemos dizer que a grande lição de Maquiavel é a de que nenhum conceito ou aparato conceitual sozinho é capaz de dar conta da história, pois esta é sempre o produto de ações e de lutas que não podem ser extintas ou reduzidas a conteúdos conhecidos *a priori*. Resta sempre um espaço para a indeterminação, que é a face verdadeira da liberdade.

Por isso, depois de recusar a transformação do conceito de conflito em algo parecido com a idéia de liberdade dos humanistas, Maquiavel enfrenta o difícil problema da fundação das novas repúblicas de um ponto de vista totalmente diverso do da tradição humanista. Enquanto os historiadores do *quattrocento* se preocupavam com a descoberta das origens das cidades, estabelecendo um nexos causal entre a primeira forma constitucional e a história posterior, Maquiavel vai mostrar que a roda do tempo confere um peso excepcional à figura da corrupção e não à garantia da conservação das formas primeiras, mesmo quando presidiadas pela liberdade. Para que essa ruptura fosse possível, entretanto, nosso autor aderiu à mesma concepção do tempo circular própria de todos os autores do Renascimento, operando uma reviravolta no paradigma teórico que havia servido de base para a historiografia de seu tempo.

Com efeito, em momento algum o Secretário Florentino diz que a forma do tempo é diferente da que aprendera com os mestres do passado, ou seja, um círculo. Mas, enquanto os autores antigos viam no movimento do tempo o motor para o aparecimento da diversidade constitucional, Maquiavel enxergava apenas a alternância entre a ordem e a desordem. Como sua época era corrupta, os conceitos de seus antecessores lhe pareciam insuficientes para compreender o

que se passava com a cidade. Com isso, ele não era levado a afirmar uma nova forma de determinismo, nem a *História de Florença* deixa entrever algo nesse sentido. O que Maquiavel mostra é que o círculo do tempo é uma universalidade abstrata, incapaz de nos falar sobre a particularidade de cada sociedade. Ora, é essa particularidade que lhe interessa descrever ao contar a história de sua cidade, e esse é o terreno da ação e da criação e não o da repetição do já sabido. Por isso não faz sentido escrever sobre o passado, para se falar de exemplos ou de princípios morais. O que se pode aprender com a história são os limites da ação do homem e sua importância na construção do que chamamos de tempo. Entre a corrupção, destino de toda forma política, e a criação das novas formas, inscreve-se o terreno propriamente humano da política, que é o único que realmente interessa aos homens desejosos de escapar das armadilhas de sua condição de seres finitos.

•••

É sobre esses pilares teóricos que o livro se organiza. No entanto, as observações que acabamos de fazer não têm a pretensão de esgotar o sentido da *História de Florença*, nem mesmo dos capítulos introdutórios aos quais se referem. O que queremos é introduzir o leitor em um texto cujas originalidade e força podem escapar a alguém acostumado a outras formas de narrativa. Maquiavel foi um mestre na combinação de um extraordinário esforço teórico com uma escrita que em tudo seduz o leitor pela proximidade que parece ter com as formas mais tradicionais de se contar o passado. E essa é certamente uma das grandes originalidades do texto, que soube trazer para o ofício do historiador a revolução que se operava nos terrenos da filosofia política e da ética. A *História de Florença* é, portanto, um texto privilegiado para os que querem ao mesmo tempo conhecer algo dos extraordinários acontecimentos que forjaram o rosto de uma das cidades mais interessantes da época e algumas das conquistas teóricas mais importantes no terreno da política e que jogaram por terra os velhos esquemas de compreensão do mundo.